POLÍCIA MILITAR
DE MINAS GERAIS
Nossa profissão, sua vida.

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS
CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

GABARITO

EAP/2009 - 3º SGT QPPM

1ª QUESTÃO	**A**	B	C	D	21ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
2ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	22ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
3ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	23ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
4ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	24ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
5ª QUESTÃO	**A**	B	C	D	25ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
6ª QUESTÃO	**A**	B	C	D	26ª QUESTÃO	A	B	C	**D**
7ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	27ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
8ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	28ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
9ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	29ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
10ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	30ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
11ª QUESTÃO	**A**	B	C	D	31ª QUESTÃO	A	B	C	**D**
12ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	32ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
13ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	33ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
14ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	34ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
15ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	35ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
16ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	36ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
17ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	37ª QUESTÃO	A	B	**C**	D
18ª QUESTÃO	A	**B**	C	D	38ª QUESTÃO	**A**	B	C	D
19ª QUESTÃO	A	B	C	**D**	39ª QUESTÃO	A	**B**	C	D
20ª QUESTÃO	A	B	**C**	D	40ª QUESTÃO	A	B	C	**D**

Belo Horizonte, 05 de fevereiro de 2009

(a)FRANCISCO DE ASSIS LEAL DA SILVA, TEN CEL PM
CHEFE DO CRS

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL PARA 3º SGT QPPM / 2009

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

1ª QUESTÃO - Para concessão de recompensa a um militar da PMMG a autoridade competente deverá observar as orientações previstas em normas específicas da Instituição, inclusive o Código de Ética e Disciplina Militares – CEDM, que prevê o seguinte:

A. ( ) a concessão de recompensa é função inerente ao cargo e não ao grau hierárquico da autoridade competente especificada no citado Código.
B. ( ) a medalha Alferes Tiradentes equivale a cinco pontos positivos.
C. ( ) a pontuação obtida com a concessão de qualquer medalha terá validade por um período de cinco anos.
D. ( ) a Dispensa do Serviço poderá ser concedida por Comandante de Companhia descentralizada, por um período máximo de até cinco dias.

2ª QUESTÃO - Trata-se de uma circunstância atenuante, especificada no CEDM, que deverá ser observada no julgamento de transgressão disciplinar:

A. ( ) evitar dano à ordem pública.
B. ( ) ter sido cometida a transgressão para evitar conseqüências mais danosas que a própria transgressão disciplinar.
C. ( ) motivo de força maior, devidamente comprovado.
D. ( ) estar classificado no Conceito "B", com pontuação positiva.

3ª QUESTÃO - À luz do CEDM é correto afirmar sobre a Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar – CPAD, o seguinte:

A. ( ) a presidência da Comissão poderá ser exercida por oficial de qualquer Quadro da Instituição, exceto da área de saúde.
B. ( ) as funções de interrogante e relator deverão ser acumuladas por um mesmo militar que integra a CPAD.
C. ( ) o sobrinho do militar acusado no Processo encontra-se, tecnicamente, na situação de suspeição para integrar a CPAD.
D. ( ) a Comissão não poderá ser integrada por praças da Instituição.

4ª QUESTÃO - Sobre o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU, instituído pelo Código de Ética e Disciplina dos Militares de Minas Gerais, é correto afirmar que :

A. ( ) é órgão colegiado designado pelo Comandante de Unidade, abrangendo até o nível de Companhia descentralizada.
B. ( ) os membros da Comissão devem, necessariamente, ser superiores hierárquicos ao militar que tiver seu ato sendo avaliado para fins disciplinares.
C. ( ) tratando-se de punição a ser aplicada pela Corregedoria da PMMG, esta ouvirá o CEDMU da Unidade do militar faltoso e não o Conselho da CPM.
D. ( ) o integrante do CEDMU deverá ser, necessariamente, designado por um período mínimo de um ano.

5ª QUESTÃO - De acordo as normas estatutárias da Instituição é CORRETO afirmar que:

A. ( ) o uso do uniforme, fora do País, só é permitido aos militares que estiverem em missão oficial.
B. ( ) é vedado o ingresso na PMMG de candidato que apresentar tatuagem visível, de qualquer tamanho ou natureza.
C. ( ) a antiguidade dentro de cada posto ou graduação é regulada, primeiramente, pela prevalência dos graus hierárquicos anteriores.
D. ( ) o militar será considerado estável, inclusive para fins disciplinares, somente após transcorrido cinco anos de efetivo serviço no cargo.

6ª QUESTÃO - Com relação às promoções de praças na PMMG é correto afirmar que:

A. ( ) a promoção por tempo de serviço é devida ao Soldado de 1ª Classe e ao Cabo que tiverem, no mínimo, dez anos de efetivo serviço na mesma graduação, observadas as demais restrições legais.
B. ( ) para a promoção trintenária considera-se efetivo serviço o período de trabalho prestado à Instituição, contados dia a dia, computando-se, para esse efeito, a contagem em dobro de férias anuais e férias-prêmio e o arredondamento.
C. ( ) os períodos obrigatórios de interstício na graduação, para promoção por antiguidade ou merecimento, poderão ser reduzidos pela metade, a critério do Governador do Estado.
D. ( ) a promoção por antiguidade, até a graduação de Subtenente, é devida ao militar remanescente de sua turma no último ano de promoção e que satisfaça as condições legais.

7ª QUESTÃO - A atribuição de serviço cometida ao militar da Instituição (PMMG), de acordo com as suas normas estatutárias, é a definição de:

A. ( ) cargo.
B. ( ) função.
C. ( ) encargo.
D. ( ) grau hierárquico.

8ª QUESTÃO - São exemplos de infrações disciplinares de pequeno potencial ofensivo especificadas no Memorando Circular nº11866/02-EMPM:

A. ( ) ficar alheio ao trabalho e dormir em serviço.
B. ( ) não fazer continência regulamentar e referir-se de modo depreciativo a outro militar.
C. ( ) fumar em local não apropriado e negar publicidade a ato oficial.
D. ( ) transitar, fardado, na via pública, sem a cobertura e chegar atrasado para o serviço.

9ª QUESTÃO - O quantitativo em dinheiro devido ao militar inativo, à luz do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, é a definição de:

A. ( ) soldo.
B. ( ) provento.
C. ( ) vencimento.
D. ( ) salário.

10ª QUESTÃO - A movimentação do militar, dentro de um Corpo de Tropa, Estabelecimento ou Serviço, de uma para outra Repartição e de uma para outra Seção, à luz do EMEMG (antigo EPPM), é denominado:

A. ( ) transferência.
B. ( ) classificação.
C. ( ) nomeação.
D. ( ) designação.

11ª QUESTÃO - O militar da PMMG, quando ocorrer falecimento de pessoa de sua família, terá direito a oito dias de licença luto, sendo, dentre outros, considerado seu parente para fins da referida dispensa:

A. ( ) os sogros.
B. ( ) os tios.
C. ( ) os avós.
D. ( ) os netos.

12ª QUESTÃO - Interstício é o período mínimo, contado dia a dia, em que a Praça deverá permanecer na graduação para que possa ser cogitado à promoção, pelos critérios de merecimento ou de antiguidade, sendo correto afirmar que:

A. ( ) é idêntico nas graduações de Terceiro e Segundo Sargento.
B. ( ) é diferente nas três graduações de Sargento.
C. ( ) o interstício é idêntico nas graduações de Terceiro e Primeiro Sargento.
D. ( ) é idêntico nas graduações de Segundo e Primeiro Sargento.

13ª QUESTÃO - O Memorando Circular nº 10745.2/02-CG trata de imposição de sanções por ato discriminatório. A respeito do referido assunto é correto afirmar que:

A. ( ) a discriminação baseia-se exclusiva e especificamente em tratamento desigual que se dá a alguém em prejuízo de terceiro.
B. ( ) homens e mulheres são iguais em direitos, mas não em obrigações.
C. ( ) advertência é uma espécie de penalidade que poderá ser aplicada à pessoa jurídica de direito privado.
D. ( ) o poder de polícia não pode, em hipótese alguma, interferir em eventuais restrições e limitações da liberdade do cidadão.

14ª QUESTÃO - No que se refere a impedimento para promoção, mesmo estando a Praça incluída no Quadro de Acesso, à luz do Decreto 44557/07, é correto afirmar que:

A. ( ) a declaração de ação policial legítima, que é utilizada para qualquer delito de natureza dolosa, ensejará o desimpedimento do graduado à promoção.
B. ( ) estando um 3º Sgt PM no Conceito B-24 ("B", com vinte e quatro pontos negativos), por este motivo, não estará impedido de ser promovido, na Instituição.
C. ( ) estando o graduado submetido a Processo Administrativo de Exoneração (PAE) concorrerá à promoção, pois a natureza do Processo não é disciplinar.
D. ( ) a licença para tratar de interesse particular, com ou sem vencimentos, não é fator impeditivo para que o militar concorra a promoção no referido período.

15ª QUESTÃO - Sindicância Regular encontra-se devidamente regulamentada na PMMG sendo correto afirmar a seu respeito o seguinte:

A. ( ) havendo recusa formal do Sindicado em apresentar defesa numa Sindicância Reservada deverá o Sindicante providenciar defensor "ad hoc" para o Sindicado na etapa acusatória da Sindicância.
B. ( ) quando forem dois ou mais Sindicados, os prazos destinados à Defesa Prévia e Final-RED deverão ser concedidos em dobro para os militares.
C. ( ) os pedidos de Prorrogação de prazo, de renovação e de sobrestamento de uma Sindicância Regular podem ser concedidos apenas uma única vez no Processo e não podem ser cumulativos.
D. ( ) o Sindicante, ao final dos trabalhos de apuração, verificando que a testemunha militar da PMMG (mais moderna do que ele) praticou transgressão disciplinar conexa com o objeto da apuração, deverá tratá-la como Sindicado, ouvindo-a novamente, como acusado, em Termos de Declarações, desconsiderando a oitiva anterior.

16ª QUESTÃO - Em conformidade com o entendimento doutrinário emanado pela Instrução de Corregedoria nº 01/05-CPM é correto afirmar que a absolvição criminal somente elidirá a punição (sanção administrativa) nos seguintes casos:

A. ( ) negativa de autoria e insuficiência de prova.
B. ( ) negativa de autoria e inexistência do fato.
C. ( ) estar extinta a punibilidade e insuficiência de prova.
D. ( ) existir qualquer circunstância de exclusão de ilicitude e obediência à ordem legal .

17ª QUESTÃO - O Sindicante pode deparar-se com várias situações processuais complexas quando desempenha o Encargo apuratório que lhe foi atribuído. Assim, a respeito do assunto, é correto afirmar o seguinte:

A. ( ) o Termo de Assentada poderá substituir o de Abertura, dependendo-se da providência que o Sindicante irá tomar no início da etapa apuratória da Sindicância.
B. ( ) se várias forem as pessoas que tiverem de ser reconhecidas em uma Sindicância o procedimento deverá ser feito individualmente, ou seja, cada pessoa deverá ser submetida ao reconhecimento em separado das demais.
C. ( ) se houver necessidade de se proceder a elaboração do Termo de Abertura de Vista em uma Sindicância Regular, o Sindicante não poderá propor, em seu parecer, o arquivamento dos autos.
D. ( ) o superior hierárquico poderá eximir-se da obrigação de depor ou de prestar informações nos autos de uma Sindicância Regular cujo Encarregado for um seu subordinado hierárquico.

18ª QUESTÃO - Sindicância é uma das formas de se apurar o cometimento de transgressão disciplinar na PMMG, sendo correto afirmar a respeito do referido processo o seguinte:

A. ( ) o reconhecimento fotográfico não tem validade em uma Sindicância, haja vista a falta de previsibilidade do assunto no âmbito da Instituição.
B. ( ) uma criança com 11 anos de idade, que souber e tiver condições de prestar informações nos autos de uma Sindicância Regular deverá estar acompanhada do seu responsável legal, não prestará o compromisso legal de dizer a verdade e será ouvida na condição de informante.
C. ( ) a vítima e o Sindicado não poderão ser ouvidos por meio de carta precatória, pois a presença física na etapa acusatória do processo é sempre necessária.
D. ( ) havendo recusa formal do militar em apresentar defesa numa Sindicância Reservada deverá o Sindicante providenciar defensor “ad hoc” para o Sindicado em ambas as etapas do processo.

19ª QUESTÃO – Após contatar diversos comerciantes da região onde desenvolve sua atividade profissional, o Sd PM *Pedregulho*, em razão de sua função pública, exigiu para si indevida vantagem econômica. Por circunstância alheia à vontade do referido militar, o resultado econômico pretendido não foi alcançado. A vista deste enunciado, o Sd PM Pedregulho cometeu o seguinte crime militar, previsto no CPM:

A. ( ) peculato.
B. ( ) corrupção ativa, na modalidade tentada.
C. ( ) apropriação indébita.
D. ( ) concussão.

20ª QUESTÃO – Trata-se de crime de natureza militar, conforme estabelece o CPM, a seguinte situação:

A. ( ) militar da ativa, de folga e à paisana, lesiona com um soco no peito, militar da reserva, em via pública, sendo que o agente desconhecia a situação de militar da vítima.
B. ( ) militar da reserva, durante intervenção de interesse particular, utilizando armamento que adquiriu em plano de armas da PMMG, atira contra seu vizinho vitimando-o de forma letal.
C. ( ) Sd PM "Fogo Certo", atuando em razão da função policial militar, portando armamento particular legalmente adquirido através do plano de armas/PM, após ser recebido a tiros pelo cidadão infrator, vem a alvejá-lo com a citada arma causando-lhe lesão na altura do ombro.
D. ( ) militar reformado, atenta contra a integridade física de militar da reserva, seu superior hierárquico, em local não sujeito à administração militar.

21ª QUESTÃO - Sindicância e Procedimento Sumário são utilizados na PMMG para apuração de irregularidades administrativas, sendo correto afirmar a respeito dos referidos meios regulares de apuração o seguinte:

A. ( ) em Sindicância Regular envolvendo acidente fatal, com viatura da PMMG, independente da extensão dos danos causados ao veículo, o Termo de Exame e Avaliação da Viatura deverá ser sempre preenchido e juntado aos autos.
B. ( ) a Ata do CEDMU não deverá ser inserida nos autos de um Procedimento Sumário, pois deve ser arquivada em pasta própria, na Secretaria da Unidade.
C. ( ) os pedidos de prorrogação de prazo e de sobrestamento de uma Sindicância Regular não necessitam de publicação em Boletim.
D. ( ) a denúncia anônima deve ser repelida de plano pela Administração, sendo vedado ao Comandante da Unidade fazer proceder qualquer tipo de apuração ou levantamento alusivo ao fato quando originado de documento apócrifo ou anônimo.

22ª QUESTÃO – É CORRETO afirmar em relação aos crimes contra a pessoa, elencados no Código Penal Militar (art. 205 a 213):

A. ( ) lesão corporal é toda e qualquer ofensa à integridade corporal ou à saúde de pessoa, praticada por ação ou omissão de militar (agente do delito).
B. ( ) genocídio é a ação livre e inconsciente de militar em exterminar parte de membros de um grupo étnico com a finalidade de inferir benefício financeiro.
C. ( ) maus tratos é o ato de abandonar pessoa que está sob o cuidado de militar, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes de tal abandono.
D. ( ) o crime de periclitação da vida ou da saúde caracteriza-se pela exposição a perigo ou à saúde de pessoa sob a autoridade ou vigilância de militar, sob qualquer pretexto.

23ª QUESTÃO – O Código Penal Militar elenca, dentre outros delitos, diversas condutas definidas como crimes contra o dever funcional, estando corretamente especificado o seguinte delito:

A. ( ) deixar, mesmo que fora do exercício de função, de observar lei, regulamento ou instrução, dando causa direta à prática de ato prejudicial à administração militar, trata-se do crime de inobservância de lei, regulamento ou instrução.

B. ( ) patrocinar, diretamente ou indiretamente interesse privado perante a administração militar, valendo-se da qualidade de militar, caracteriza o crime de patrocínio indébito.

C. ( ) violação de sigilo funcional é o ato de revelar fato de que tem ciência em razão do cargo ou função e que deva permanecer em segredo, havendo ou não prejuízo para a administração militar.

D. ( ) crime de prevaricação é definido como retardar ou praticar, indevidamente, ato de ofício ou decorrente da função, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

24ª QUESTÃO – Em relação às atividades de Polícia Judiciária previstas no Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que:

A. ( ) o Comandante de Unidade, poderá delegar sua autoridade de polícia judiciária militar para apuração de eventuais crimes militares, na área de sua jurisdição (competência territorial), a Oficiais e Praças especiais, para fins e por tempo limitado.

B. ( ) sendo o indiciado/investigado Oficial da Ativa, o encarregado do Inquérito Policial Militar será no mínimo um outro Oficial de posto igual ao do investigado, mesmo que da Reserva (QOR).

C. ( ) dentre as competências da Polícia Judiciária Militar, elenca-se o cumprimento de mandados de prisão expedidos pela Justiça Militar.

D. ( ) poderá ser designado Cabo PM da Ativa para o encargo de Escrivão de IPM, caso o indiciado/investigado seja Soldado da PMMG.

25ª QUESTÃO – É correto afirmar em relação ao Inquérito Policial Militar, conforme preceitua o CPPM:

A. ( ) serão deduzidos dos prazos para conclusão de IPM as interrupções pelo motivo de substituição do encarregado, bem como os eventuais sobrestamentos do procedimento.

B. ( ) a inquirição de testemunhas no IPM deverá acontecer em período que medeie entre sete e dezoito horas, exceto caso de urgência, não podendo a inquirição se prolongar por mais de quatro horas consecutivas.

C. ( ) o prazo máximo para conclusão de IPM é de trinta dias, contados a partir da elaboração da portaria de instauração.

D. ( ) a autoridade militar poderá mandar arquivar autos de IPM, quando conclusivo da inexistência de crime militar ou inimputabilidade do investigado/indiciado.

26ª QUESTÃO – É CORRETO afirmar, à luz do Código de Processo Penal Militar (CPPM):

A. ( ) nos crimes definidos no Código Penal Militar, a ação penal será sempre pública, exceto nos crimes contra a honra, que será de ação penal privada.
B. ( ) na conclusão do IPM, o encarregado dirá se houve ou não cometimento de crime, sendo vedado manifestar-se quanto à existência de infração disciplinar a ser considerada pela autoridade administrativa militar.
C. ( ) todas as peças do IPM serão juntadas, por ordem de prioridade, com as folhas numeradas e rubricadas a partir da contracapa, pelo respectivo Encarregado, quando inexistir Escrivão no procedimento.
D. ( ) concluído o IPM e remetido à Justiça Militar, poderão os autos retornar para a realização de diligências complementares, caso o Representante do Ministério Público as requisite e o Juiz Auditor Militar as determine.

27ª QUESTÃO – É correto afirmar tratar-se de exemplo de sanção administrativa citada na Lei 4898/65:

A. ( ) inabilitação para o exercício de qualquer outra função pública por prazo de até três anos.
B. ( ) suspensão do serviço por até 10 dias, com perda de vencimentos e vantagens.
C. ( ) destituição de função.
D. ( ) exoneração, a bem do serviço público.

28ª QUESTÃO – É correto afirmar sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, previstas na Lei 8429/92, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandado, cargo, emprego ou função, na administração pública direta, indireta ou fundacional:

A. ( ) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente estará sujeito às cominações da Lei 8429/92 até o limite do valor da herança.
B. ( ) quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá exclusivamente à vítima representar ao Ministério Público, para indisponibilidade dos bens do indiciado.
C. ( ) as disposições da Lei 8429/92 não se aplicam àquele que mesmo não sendo agente público, induz ou concorre para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma, sendo aplicável nestes casos o Código Penal brasileiro.
D. ( ) somente ocorrerá ressarcimento integral do dano ao erário nos caso de comprovada lesão ao patrimônio público por ação ou omissão dolosa do agente.

29ª QUESTÃO - É CORRETO afirmar tratar-se de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Publica, conforme previsto na Lei 8429/92:

A. ( ) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça licitamente.
B. ( ) frustrar processo licitatório ou dispensá-lo em qualquer circunstância.
C. ( ) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo.
D. ( ) permitir a realização de despesas de qualquer natureza sem o prévio processo licitatório.

30ª QUESTÃO – É CORRETO afirmar, em relação ao disposto na Lei 9455/97, que define os crimes de tortura:

A. ( ) o condenado por crime de tortura iniciará o cumprimento da pena em regime semi-fechado.
B. ( ) a condenação por crime de tortura, dentre outros efeitos, acarretará a perda do cargo, função ou emprego público.
C. ( ) sendo o crime cometido por agente público, a pena será duplicada e o regime inicial para o seu cumprimento é o fechado.
D. ( ) o crime de tortura é suscetível de graça e anistia, cujo processo tramitará nos Juizados Especiais Criminais.

31ª QUESTÃO – Está CORRETA a seguinte definição adotada pela Resolução 3854/06, que disciplina o emprego da informática e utilização dos equipamentos e da infra-estrutura da informação na PMMG:

A. ( ) Zwork – Sistema de mensagens utilizado na Intranet PM , que tem a função exclusiva de possibilitar o envio e o recebimento de mensagens entre militares da ativa da Polícia Militar.
B. ( ) Rede Estratégica de Informações da Polícia Militar é a denominação dada à rede de informações que permite a interligação de computadores pertencentes às mais diversas organizações ao redor do mundo.
C. ( ) Correio eletrônico – sistema de mensagens utilizado na Intranet PM, que tem a função de possibilitar o envio e o recebimento de mensagens entre usuários, grupos ou sistemas computacionais;
D. ( ) Redes – conjunto de computadores interligados, de modo a permitir aos usuários o compartilhamento de programas e arquivos.

32ª QUESTÃO – Trata-se de atribuição da Diretoria de Tecnologia e Sistemas, conforme estabelece a Resolução 3854/06:

A. ( ) fiscalizar, através de supervisões técnicas, o cumprimento de todas as normas relativas à informática, em vigor na PMMG.
B. ( ) exercer a gestão e a execução de programas da atividade de desenvolvimento e manutenção da informática na PMMG.
C. ( ) identificar os defeitos ou avarias nos equipamentos de informática, bem como suas causas, registrando a manutenção efetuada, tabulando estatisticamente os problemas apresentados.
D. ( ) realizar análise de projetos relativos a equipamentos policial militar.

33ª QUESTÃO – Conforme estabelece a Resolução 3854/06, existem determinadas vedações aos usuários dos equipamentos e da infra-estrutura de Tecnologia da Informação na PMMG. A este respeito, dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que corresponde a uma dessas vedações:

A. ( ) facilitar o acesso a pessoas autorizadas aos recursos e infra-estrutura de Tecnologia e Informações na PMMG, para fins de execução, instalação e/ou modificação de software e/ou hardware.
B. ( ) conectar computadores e/ou equipamentos de comunicação de dados, de qualquer espécie, à rede de computadores da PMMG.
C. ( ) manutenção de senhas seguras, devendo seguir normas e procedimentos em vigor.
D. ( ) conectar computador fora de carga patrimonial à rede de computadores interna da Unidade, mediante prévia autorização do Comandante da unidade e desde que atendam às necessidades do serviço.

34ª QUESTÃO – Durante deslocamento, sempre que possível, em áreas abertas e grandes, como pátios, ruas muito largas e áreas entre edifícios devem ser evitadas, sendo considerados locais com riscos potenciais para o policial militar. Não sendo possível evitar tais locais, o movimento do policial deve ser orientado, dentre outros, pelo seguinte princípio:

A. ( ) após planejar o deslocamento, transpor a área em linha reta, ligeiramente abaixado, correndo o mais rápido possível.
B. ( ) iniciar o movimento de transposição rápida, em ziguezague, de tais áreas, tão logo depare com elas.
C. ( ) cruzar a área homem a homem, em rápidos movimentos intercalados, dificultando a ação de possível atirador.
D. ( ) ao transpor a área, em qualquer hipótese, utilizar o escudo balístico (segurança máxima) sendo o escudo conduzido pelo 1º policial, na posição de pé(postura tática).

35ª QUESTÃO – O uso progressivo da força é a seleção adequada de opções de força pelo militar, em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado. Cada situação é única. As circunstâncias são percebidas pelos policiais de acordo com o ambiente e a ação do suspeito. Assim sendo, conforme MODELO DE USO PROGRESSIVO DA FORÇA estabelecido no Manual de Pratica Policial, está correta a alternativa abaixo alusiva à percepção do policial em relação às atitudes do suspeito e as respostas (reação) de força possíveis em relação à esta atitude:

A. ( ) resistência passiva / presença policial.
B. ( ) agressão letal / táticas defensivas não letais.
C. ( ) cooperativo / verbalização.
D. ( ) agressão não letal / controle físico.

36ª QUESTÃO - Ao contrário do que se possa pensar, o condicionamento físico e a arma que o militar utiliza em serviço não são os mais relevantes para sua segurança. Conforme o Manual de Prática Policial, o princípio básico que proporcionará base para todas as suas decisões fazendo com que uma determinada situação não se apresente completamente nova, é:

A. ( ) treinamento físico intensivo.
B. ( ) preparação mental.
C. ( ) identificação imediata do "ponto de foco".
D. ( ) amplo domínio das táticas defensivas não letais.

37ª QUESTÃO – Se possível, toda abordagem a suspeitos deve ser planejada previamente, sendo correto afirmar que você deverá considerar, no referido momento, dentre outros aspectos, o seguinte:

A. ( ) se há repartição policial próxima pronta para receber o preso.
B. ( ) qual será o militar responsável pela redação do boletim de ocorrência.
C. ( ) como o suspeito chegará ao local de busca.
D. ( ) se as condições do clima e do ambiente favorecem a abordagem.

38ª QUESTÃO - Segundo o Manual de Prática Policial, é CORRETO afirmar que, antes de fazer o uso da força, o policial militar deve responder, dentre outros, ao seguinte questionamento:

A. ( ) a aplicação da força é necessária?
B. ( ) o armamento/equipamento é adequado para aquela situação?
C. ( ) estou realmente sendo atacado injustamente?
D. ( ) o cidadão infrator tem antecedentes de enfrentamento com a polícia?

39ª QUESTÃO – O planejamento tático é um importante aliado para controlar situações de alto risco. Como parte deste planejamento, os conceitos-chaves irão ajudá-lo a compensar eventual desvantagem, interferindo no processo de pensamento do suspeito. Trata-se de conceito-chave do planejamento tático, dentre outros:

A. ( ) dissimulação: uma vez utilizada, proporciona ao suspeito dificuldades para sua identificação, confundindo sua real percepção dos fatos.
B. ( ) proteção: posicionar-se atrás de algo capaz realmente de protegê-lo de tiros e, movimentar-se utilizando abrigos, dificultando ou até mesmo impossibilitando que o suspeito o ataque com sucesso.
C. ( ) autoconfiança: Você está bem preparado tecnicamente e poderá a qualquer tempo controlar aquela situação de risco.
D. ( ) ação preventiva vigorosa, antecipando toda e qualquer ação do suspeito.

40ª QUESTÃO – Para a realização de qualquer deslocamento, deve-se considerar o risco para a integridade física do policial. Antes de iniciar os movimentos, impõe-se que seja feita a observação visual e auditiva, avaliando-se a área de risco. Dentre outras, trata-se de pergunta que o policial deve responder, antes de iniciar o deslocamento:

A. ( ) onde está o cidadão infrator?
B. ( ) onde estou?
C. ( ) meu armamento/equipamento está em condições de pronta utilização?
D. ( ) por onde vou?